

Uma página de reminiscência política

Sílvia Maria AZEVEDO*

Obra-prima da tradição memorialística brasileira, “O Velho Senado”, de Machado de Assis, evoca o tempo em que o então jovem repórter fazia a cobertura das sessões do Senado para o *Diário do Rio de Janeiro*. Pela mão de Quintino Bocaiúva, Machado ingressa na redação do *Diário*, que volta a circular em 5 de março de 1860, agora como órgão do Partido Liberal, depois de ter ficado suspenso com a saída de José de Alencar da direção do jornal. Com a abertura das atividades legislativas em 11 de maio de 1860, Machado é enviado para o Senado do Império, iniciando uma atividade inteiramente nova, a de cronista parlamentar.

Na Câmara, o jornalista conheceu as grandes figuras nacionais da época – Sinimbu, Zacarias de Gois, Tomás Nabuco, José Maria da Silva Paranhos, Eusébio de Queirós, Luís Alves de Lima e Silva, Montezuma, Teófilo Otoni –, muitas das quais agraciadas com os títulos de duque, marquês e visconde. Ao se reportar aos 28 senadores, citados nominalmente na crônica política, Machado irá chamá-los pelos títulos nobiliárquicos conferidos pelo imperador D. Pedro II, em meio aos ditos, cacoetes e traços fisionômicos daquelas personalidades do passado, que ficaram gravados na memória.

Anteriormente à publicação de “O Velho Senado” na *Revista Brasileira*, em junho de 1898, Machado de Assis dera início aos perfis políticos numa crônica de “A Semana”, de 11 de agosto de 1895, escrita a propósito da publicação de *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Na crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, eram as memórias de Nabuco pai, escritas por Nabuco filho, que remetiam Machado de Assis às figuras do velho Senado; na página de reminiscência que saiu na revista dirigida por José Veríssimo, são fatos ligados à recente República, com repercussão na carreira de Machado junto ao serviço público, que acionam o repórter de 1860, como fonte do memorialista de 1898.

Funcionário de carreira meteórica na esfera pública, Machado de Assis ingressou como primeiro oficial no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 3 de dezembro de 1873, e foi afastado da Diretoria-Geral do referido órgão, em 16 de dezembro de 1897, por decreto do presidente Prudente de Moraes. O motivo do afastamento devia-se à reforma administrativa promovida pelo ministro Sebastião Eurico Gonçalves Lacerda, com o intuito de fundir alguns serviços do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, como

* Professora Adjunto – Departamento de Literatura e do Programa de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antonio, 2.100, CEP: 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: silrey@uol.com.br

passara a se chamar o setor governamental, a partir de 1891. Essas reformas tinham também o objetivo de criar exigências de natureza técnica para o exercício da função de chefia. Como Machado de Assis não tinha formação de engenheiro, caso dos diretores-gerais que passaram a responder pelos três departamentos, não poderia, segundo o decreto, ser aproveitado na nova repartição técnica. Depois de vinte e quatro anos de atividade burocrática no Ministério, o ato do governo magoou profundamente o laborioso funcionário, que teria comentado – “Fazem-me um enterro de primeira classe...” – em referência ao fato de ficar em disponibilidade, embora recebendo salário.

Desde a proclamação da República, a situação de Machado de Assis no serviço público não sofrera qualquer alteração, uma vez que o cargo de 1º. Ministro da Agricultura no novo regime, em caráter interino, era ocupado pelo velho amigo Quintino Bocaiúva. Quando da destituição de Machado como Diretor-Geral, Sebastião Lacerda era o 15º. Ministro a responder pela pasta, desde 15 de novembro de 1889, indício da instabilidade da República brasileira nos primeiros anos, com efeito na organização geral do governo e na composição dos ministérios.

Mas se durante a instalação do regime republicano, Machado conseguira manter seu emprego, nem por isso ficou livre dos ataques da ala mais exaltada dos florianistas, na figura de Deoclesiano Mártir, criador e diretor-chefe do jornal *O Jacobino* (1895-1896). Ao término da Revolta da Armada, Mártir passou a publicar, na seção dos “a pedidos” dos jornais cariocas, relação de pessoas, consideradas como monarquistas e adversárias do regime republicano, exigindo que fossem exoneradas do serviço público. Entre essas pessoas, constava o nome de Machado de Assis. Como de costume, Machado não respondeu às acusações. Quem o fez, foi Lúcio de Mendonça que publicou, sob o pseudônimo Z. Marcas, um texto na revista *A Semana* (1885-1895), de Valentim Magalhães, no qual elogiava o escritor e o funcionário. Do lado do governo, o general Sérgio Babiano da Fonseca Constallat, último ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo de Floriano Peixoto, enviou uma carta de agradecimento, em que destacava as qualidades do funcionário Machado de Assis.

As manifestações de solidariedade, durante o último ano do governo do Marechal de Ferro, não impediram o afastamento de Machado de Assis, três anos mais tarde, da diretoria do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Foi durante esse período que Machado escreveu “O Velho Senado”, metáfora da vida política brasileira, na qual ecoam duas temporalidades em que se cruzam memória, pública e privada, história e escritura: o tempo da memória remete à ascensão dos liberais ao poder e de Machado ao jornalismo; o tempo da escritura refere-se à ascensão da República e à queda de Machado do funcionalismo público. Os anos de convivência (relativamente) pacífica, durante o Império, entre conservadores e liberais, na representação das sessões do Senado, tinham dado lugar a um

período de perseguições, prisões e afastamentos arbitrários de funcionários das repartições públicas.

Tão logo o decreto de Prudente de Moraes entrou em vigor, não poucos amigos vieram em defesa de Machado, enviando-lhe cartas de solidariedade. Dadas as manifestações de escritores e intelectuais de peso e da repercussão do nome de Machado de Assis no campo literário, simbolizada na condição de presidente da Academia Brasileira de Letras, o governo Campos Sales, sucessor de Prudente de Moraes, incumbiu Severino Vieira de reintegrar o funcionário afastado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em 15 de novembro de 1898, como Secretário do Ministro da Viação.

Ao readmitir Machado de Assis no funcionalismo público, o governo, se por um lado, se curvava ao prestígio de uma figura de destaque da literatura brasileira, por outro, não deixava de dar mostras do seu poder, ao rebaixá-lo da função de diretor de departamento para a de secretário de ministro. De qualquer forma, no embate entre política e literatura, esta saía ganhando com o ingresso de “O Velho Senado” no panteão das letras nacionais.